

A rede tecnopolítica #ELENÃO na hibridização do espaço urbano

The #ELENÃO technopolitical network in the hybridization of urban space

Carolina Lemos¹

Resumo

Este ensaio discorre sobre a atuação do Movimento #ELENÃO no espaço urbano como uma rede tecnopolítica, destacando a intersecção entre o espaço digital e físico na construção de uma resistência feminista. Teve como objetivo compreender como as redes sociotécnicas influenciam as interações políticas e sociais. Os resultados revelam que as interfaces digitais contribuem na mobilização e articulação do movimento, mediando interações socioespaciais e contribuindo para a formação de um espaço social híbrido. A pesquisa conclui que a resistência feminista se manifesta não apenas nas esferas digitais, mas também na territorialização de ações políticas, evidenciando a tecnopolítica feminista na luta contra a discriminação de gênero.

Palavras-chave: movimento #ELENÃO, tecnopolítica, hibridização, redes sociotécnicas, espaço urbano

Abstract

This essay discusses the work of the #ELENÃO Movement in urban space as technopolitical network, highlighting the intersection between digital and physical space in the construction of feminist resistance. It aims to understand how socio-technical networks influence political and social interactions. The results show that digital interfaces contribute to the mobilization and articulation of the movement, mediating socio-spatial interactions and contributing to the formation of a hybrid social space. The research concludes that feminist resistance manifests itself not only in digital spheres, but also in the territorialization of political actions, highlighting feminist technopolitics in the fight against gender discrimination.

Keywords: #ELENÃO movement, technopolitics, hybridization, socio-technical networks, urban space

¹ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, carolinaodal.geo[at] gmail.com

Introdução

A tecnopolítica feminista, conceito discutido por Bucio e Cano (2019), é uma ferramenta de reorganização das dinâmicas de poder no espaço urbano e digital. No contexto das Eleições de 2018 no Brasil, a rede #ELENÃO se destacou como um movimento sociopolítico feminista que articula essas dinâmicas, promovendo uma ação política que transcende o ciberespaço e se expande para o espaço urbano.

Essa manifestação da tecnopolítica feminista revela o poder das redes sociotécnicas de mobilizar e reorganizar espacialidades, desafiando estruturas patriarcais e criando espaços de resistência e transformação. O objetivo deste ensaio é analisar o impacto da rede #ELENÃO no espaço urbano e discutir como a tecnopolítica feminista pode ser compreendida a partir dessa mobilização.

O movimento #ELENÃO surgiu no cenário político brasileiro como resposta à ascensão do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, cuja campanha foi marcada por discursos misóginos, racistas e homofóbicos. A *hashtag* #ELENÃO, originada no grupo de *Facebook* “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” (MUCB), rapidamente ganhou força nas redes sociais, conectando mulheres de diferentes regiões do Brasil e do mundo em uma ação coletiva contra a candidatura de Bolsonaro.

Essa mobilização inicial no ciberespaço transcendeu as fronteiras digitais e culminou em grandes manifestações de rua, revelando a hibridização do espaço sociotécnico e urbano, conforme discutido por Silva (2006) e Egler (2007). As manifestações de rua convocadas pela rede não se limitaram a contestar a candidatura de Bolsonaro, mas também simbolizaram uma reivindicação do direito à cidade.

Mulheres de diversas origens sociais e raciais ocuparam espaços públicos, reconfigurando o uso e o significado do espaço urbano, muitas vezes dominado por lógicas hegemônicas de exclusão e controle. O movimento #ELENÃO, ao subverter a espacialização tradicional da cidade, revelou o potencial subversivo das redes feministas na reorganização do espaço urbano como um território de resistência e transformação.

Portanto, a rede #ELENÃO é um exemplo paradigmático da interseção entre feminismo, tecnologia e espaço urbano que nos leva a refletir sobre a construção de um espaço híbrido, onde as ações no ciberespaço têm impacto direto sobre as dinâmicas territoriais. O espaço híbrido é o resultado da interseção entre o físico e o digital, onde as fronteiras entre esses dois mundos se tornam cada vez mais tênues, gerando oportunidade para a criação uma nova realidade espacial em que o ativismo digital se materializa em formas concretas de ocupação urbana.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa fundamentada em análise documental e discursiva para investigar o impacto da tecnopolítica feminista no espaço urbano, particularmente em relação à rede sociotécnica feminista #ELENÃO. Em consonância com Ana Clara Torres Ribeiro (2004), que compreende o espaço urbano como território marcado por práticas sociais em constante conflito e negociação de sentidos, esta pesquisa enfatiza a interação dinâmica entre mobilizações digitais e manifestações presenciais como processo de produção do espaço.

A partir da perspectiva de Tamara Tania Cohen Egler (2007), aplicamos o conceito de ciberpólis, destacando a formação do espaço híbrido como resultante das interfaces entre o digital e o físico, o que orientou a análise das práticas tecnopolíticas investigadas. Para tanto, procedemos a uma análise crítica e interpretativa de fontes documentais, incluindo publicações midiáticas, entrevistas concedidas por protagonistas do movimento e documentos oriundos do grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB), buscando compreender como as ações digitais influenciaram e ressignificaram as dinâmicas territoriais e políticas no contexto estudado.

O impulsionamento

Delineamos o nosso objeto de pesquisa como uma rede sociotécnica feminista, conhecida como Movimento #ELENÃO. Essa rede contou com o protagonismo de parte do eleitorado feminino, com uma participação e organização política nas redes sociais e nas ruas contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do país, evidenciando a relação entre feminismo e redes como uma nova

forma de ação política feminista através das plataformas digitais.

Ao se tornar um dos principais símbolos da luta feminista da quarta onda do feminismo no país, a rede #ELENÃO fez mais do que concatenar feminismo e redes, pois contribuiu para deslocar o debate de gênero, raça e classe que estava à margem do processo eleitoral para a centralidade. O reconhecimento desse deslocamento – da margem ao centro – se deve à contribuição da ação política digital na amplificação e massificação do debate de gênero, raça e classe nas redes sociais para enfrentar a misoginia na política e a discriminação contra as mulheres escancaradas no processo eleitoral brasileiro.

A rede #ELENÃO surge durante a crise política no Brasil, impulsionada por desdobramentos marcantes como a radicalização dos movimentos sociais de direita, desde as Jornadas de Junho, o cerceamento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres pelo PL 5069/13 de Eduardo Cunha, o *impeachment* de Dilma Rousseff, as contrarreformas de Michel Temer, o assassinato da vereadora Marielle Franco e, por fim, a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do país.

Esses eventos compartilham uma base comum de sustentação no sistema patriarcal brasileiro, alinhando-se ao neoconservadorismo e à moral cristã que ganham força no país através das ações políticas da rede de movimentos sociais de direita. Esses movimentos sociais buscam perpetuar o poder centrado no falo, no eugenismo e na heteronormatividade, promovendo a precarização e divisão sexual do trabalho, tal como a barbárie, o autoritarismo e o fascismo. Tudo isso a partir da propagação do discurso misógino, racista e elitista que cultuam.

Para atingir esses objetivos, esses conservadores e cristãos criam um inimigo invisível que precisa ser combatido, exemplificado pela “ideologia de gênero” (Toitio, 2020). Termo que ganhou relevância na política brasileira a partir da década de 2010, especialmente nos debates promovidos pela bancada evangélica no Congresso Nacional, visando obstruir os direitos LGBTQIAP+ e das mulheres, e que foi amplamente utilizado como importante investida política da campanha de Bolsonaro nas Eleições de 2018.

Conhecendo a trajetória parlamentar do ex-candidato, por aproximadamente três décadas como deputado federal, não surpreende o oportunismo dele ter usado o discurso da “ideologia de gênero” como instrumento de mobilização política em sua campanha. Sua longa trajetória está impregnada de declarações polêmicas relacionadas aos Direitos Humanos, que o destacou muito mais pelo discurso do que pelas próprias atividades como parlamentar.

Os autores Nascimento *et al.* (2018), analisaram os trinta anos de pautas políticas de Jair Bolsonaro divulgados pela imprensa brasileira e identificaram que a sua imagem pública foi construída através do posicionamento contra os direitos da população LGBTQIAP+, pelos insultos e agressões verbais que destinavam-se a uma variedade de pessoas e figuras públicas e pela defesa da ditadura militar.

Segundo a Carta Capital, a maioria dos projetos apresentados por ele na Câmara dos Deputados esteve relacionada aos interesses militares, enquanto os demais abordam temas relacionados à segurança pública. No entanto, é importante realçar que nenhum desses projetos obteve aprovação. O verdadeiro destaque de sua atuação, entretanto, foi conquistado por meio de seus discursos.

As declarações polêmicas de Jair Bolsonaro poderiam surgir em qualquer circunstância. Desde uma discussão sobre um projeto de lei até em participações nas palestras e nos programas de rádio ou televisão. Quando ele fazia parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em 2010, se opôs à Lei da Palmada dizendo: “o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento”¹. Insinuou que punições físicas poderiam evitar comportamentos que ele descreveu de forma pejorativa como “meio gayzinho”, revelando uma visão preconceituosa em relação à orientação sexual e levantando preocupações sobre a promoção de estereótipos prejudiciais.

Já no Clube Hebraico, ele disse aos ouvintes: “Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher”², expressando uma preferência por filhos homens, desvalorizando o nascimento de uma filha e reforçando estereótipos de gênero, o que foi criticado por promover uma visão sexista

¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/144388-comissao-vai-debater-declaracao-de-bolsonaro-sobre-punicao-a-filho-gay/>

² <https://revistaforum.com.br/politica/2017/4/5/bolsonaro-eu-tenho-filhos-foram-homens-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-veio-uma-mulher-19902.html>

e discriminatória. Ou quando disse à TV Band: “Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista”³, demonstrando insensibilidade aos esforços para corrigir desigualdades históricas e promover inclusão social, ignorando os desafios enfrentados por grupos historicamente marginalizados na busca por oportunidades educacionais e profissionais.

Em outro momento quando questionado se aumentaria a participação feminina em um eventual governo, ele responde: “Respeito as mulheres, mas alguém aqui quer a volta da Dilma por acaso? Não é questão de gênero. Tem que botar quem dê conta do recado. Se botar as mulheres vou ter que indicar quantos afrodescendentes?”⁴, essa perspectiva pode ser interpretada pela minimização da importância da representatividade de mulheres e pessoas negras na política.

Outra declaração misógina bastante chocante foi contra a deputada Maria do Rosário – PT: “Ela não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar porque não merece.”⁵. Bolsonaro nega ser estuprador, mas utiliza critérios de beleza como suposta justificativa para tal ato. Esse tipo de declaração perpetua estereótipos nocivos e reforça uma cultura que normaliza o julgamento das mulheres com base em sua aparência.

Embora as declarações de Jair Bolsonaro tenham sido alvo de críticas intensas por parte de diversos setores da sociedade, é importante reconhecer que há um número significativo de apoiadores que se identifica com seu discurso. Para muitos desses indivíduos, as posições expressas por Bolsonaro vão ao encontro de suas próprias crenças e valores.

Outro destaque importante é que, ao longo de sua extensa carreira parlamentar, Jair Bolsonaro não apresentou propostas de políticas públicas de apoio às mulheres. Perpetuando esse histórico, o ex-candidato conduziu uma campanha presidencial desprovida de uma abordagem específica de gênero. O plano de governo do PSL, com oitenta e uma páginas de slides, revelou apenas uma singela menção às mulheres, referente ao combate ao estupro. Todavia ela não foi apresentada como uma proposta concreta, mas como um exemplo vago de “mudança ideológica”, carente de contexto e explicações mais aprofundadas.

Com isso, o documento desconsidera por completo o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), uma conquista do movimento feminista e da sociedade civil. As propostas governamentais do PSL demonstraram uma lacuna significativa quanto a medidas de promoção dos direitos da mulher. Estavam ausentes, por exemplo, iniciativas voltadas para a construção de creches, uma ferramenta imprescindível para permitir que as mulheres conciliem suas responsabilidades familiares e profissionais.

Além disso, as lacunas desse plano também deixavam de oferecer uma resposta efetiva ao persistente desafio da violência contra as mulheres, omitindo estratégias concretas para enfrentar esse grave problema social. Essa negligência revela uma falta de compromisso em lidar com questões fundamentais que afetam diretamente a vida e os direitos das mulheres brasileiras.

Ao longo das décadas analisadas pelos autores Nascimento *et al.* (2018), é possível identificar tanto continuidades quanto mudanças nas pautas políticas de Jair Bolsonaro que se tornaram visíveis nas Eleições de 2018, como a continuidade nas pautas conservadoras. O ex-candidato manteve sua postura consistente em relação a elas, defendendo a família tradicional, a oposição aos direitos LGBTQIAP+ e a defesa da ditadura militar.

Embora as pautas conservadoras tenham sido recorrentes em sua atuação política e tenham continuado a ser temas presentes em sua agenda, os autores identificaram que houve uma mudança na abordagem, visibilidade e repercussão das mesmas ao longo das décadas analisadas. Para eles, em determinados momentos, Bolsonaro adaptou suas pautas políticas para se alinhar com demandas políticas específicas ou para ganhar popularidade em determinados contextos.

3 <https://www.estadao.com.br/brasil/bolsonaro-ataca-negros-e-gays-na-tv-imp/>

4 https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/03/09/interna_politica,664938/bolsonaro-se-botar-mulheres-vou-ter-que-indicar-quantos-afrodescende.shtml

5 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>

A representatividade do candidato na militância aguerrida contra os direitos das mulheres foi fortalecida pela ofensiva contra a suposta “ideologia de gênero” (Toitio, 2020), que não apenas expressou suas convicções, mas também revelou sua habilidade em aproveitar polêmicas preexistentes para mobilizar eleitores durante as eleições de 2018. Portanto, essa estratégia se tornou um dos principais eixos de aglutinação e mobilização de sua campanha eleitoral.

A formação

As mulheres feministas foram o principal ator político a se mobilizar contra o candidato do PSL nas eleições presidenciais de 2018, porque uma diversidade de mulheres de diferentes origens étnico-raciais, classes sociais, orientações políticas e religiosas sentiram que seus princípios éticos de vida estavam sendo violados pelo projeto social de discriminação apresentado pelo candidato (Santo e Porto, 2020). Isso motivou a mobilização em defesa de suas conquistas e existência, formando uma frente unificada e plural de luta contra o Bolsonaro.

Nesse contexto, uma parcela do eleitorado feminino reagiu à sua campanha, repudiando veementemente as declarações que refletiam seu discurso discriminatório e a ausência de uma abordagem específica às mulheres. Esse repúdio refletiu-se na oposição à candidatura de Jair Bolsonaro nas eleições, dando origem ao Movimento #ELENÃO, que emergiu como um ator social influente durante o pleito de 2018 com o lema “Qualquer um, mas ele não”.

Em decorrência desse lema, consideramos importante realizar alguns apontamentos. O primeiro é que a rede #ELENÃO deve ser analisada com uma certa sensibilidade crítica, evitando a equivocada noção de que ela restringiu sua ação política à mera produção e compartilhamento de informações nas redes sociais. E o segundo ponto é que devemos evitar a ilusão de acreditar que por si só ela tenha sido suficiente para enfrentar os desafios estabelecidos pelos desdobramentos da crise política brasileira, que têm tido impacto profundo e direto sobre as mulheres empobrecidas e racializadas pelos recentes processos políticos, econômicos e sociais ocorridos no país.

A rede #ELENÃO, surgida em oposição à candidatura de Jair Bolsonaro, revela-se como um fenômeno complexo que, para nós, pode ser interpretado por, pelo menos, dois pontos de vista distintos. De um lado, reconhecendo que, embora a rede rejeite Bolsonaro como candidato, ela carece de uma alternativa política clara para eleger outro em seu lugar. O lema “Qualquer um, mas ele não”, pode ser interpretado como um esvaziamento da luta feminista, onde a oposição ao candidato se sobrepõe à busca por uma opção alinhada aos ideais emancipatórios.

Por outro lado, reconhecendo uma controvérsia na qual a rede #ELENÃO também se destaca, contraditoriamente, como um movimento político e estratégico, visto que, em resposta às abordagens conservadoras do candidato, as mulheres politicamente envolvidas ampliaram o debate, deslocando as questões de gênero, raça e classe para o centro do processo eleitoral. Buscaram fortalecer a democracia diante da ameaça do bolsonarismo, preservar a laicidade contra o avanço do conservadorismo religioso e promover uma agenda interseccional e anticapitalista em busca da emancipação.

Em defesa dessa última perspectiva, feministas como a antropóloga Rosa Pinheiro-Machado e Joanna Burigo, fundadora da Casa da Mãe Joanna, escreveram para o jornal *Intercept_ Brasil*, em setembro de 2018, que o Movimento #ELENÃO introduzia o gênero como um eixo central da luta antifascista⁶.

“#Elenão não é uma simples hashtag, mas um movimento extraordinário de base, capilar e microscópico, que, ao mesmo tempo, organiza um ato político e serve de ponto de convergência para outras movimentações de mulheres, online e face a face. (...) O #Elenão, portanto, não é mera hashtag: é um fenômeno de politização das mulheres por meio de um profundo processo de rejeição do eleitorado feminino contra Bolsonaro – 50% de rejeição segundo a última pesquisa Ibope –, que compõe a maioria do eleitorado brasileiro.”

⁶ <https://www.intercept.com.br/2018/09/28/elenao-movimento-feminista-politico/>

Assim, a análise da rede #ELENÃO revela duas perspectivas distintas: uma que aparentemente aponta para uma falta de comprometimento político ao priorizar o repúdio a Bolsonaro sem apresentar alternativas claras, e outra que enxerga o movimento como uma resposta estratégica e política, ampliando o debate sobre questões fundamentais para a sociedade e a luta feminista. Essa dicotomia reflete a complexidade e diversidade de perspectivas presentes em movimentos sociais contemporâneos.

A hashtag

O lema “Qualquer um, mas ele não” produziu o codinome “ele não” para se referir a Jair Bolsonaro. Este codinome foi aparentemente concebido em uma postagem de um grupo fechado de mulheres no *Facebook* chamado MUCB - Mulheres Unidas Contra Bolsonaro. Dentro desse grupo, “ele não” evoluiu para um pronunciamento coletivo ao adotar a cerquilha (#elenao), transformando-se assim em uma *hashtag*. Ela, por sua vez, ampliou o movimento ao conectar a mobilização das mulheres em diversas plataformas digitais de redes sociais (*Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *WhatsApp*, etc.)

A #ELENÃO foi se constituindo como um demarcador de posicionamento ou alinhamento político. Conforme discutido por Alzamora e Bicalho (2020), *hashtags* têm a capacidade de incentivar a aproximação entre pessoas por serem essencialmente comunicacionais, operam por meio da colaboração, solidariedade e, devido à própria dinâmica, também por meio de confronto em contextos fluídos, transitórios e contraditórios, como #MariellePresente, por exemplo, que transitou entre manifestações de solidariedade e difamação (Oliveira, Lima e Penteado, 2020).

As ações políticas

As ações políticas proeminentes da rede #ELENÃO que evidenciaram uma abordagem mais abrangente e estratégica incluíram articulações com outros movimentos sociais, como o MST - Movimento dos Sem-Terra, que visou, no campo e na cidade, “espantar das urnas o perigo de uma candidatura neofascista”⁷. Além de conexões significativas, a nível de instância comunicacional, com coletivos ligados ao movimento negro, LGBTQIAP+ e outros para fortalecer a amplitude e diversidade na difusão de informações, para buscar apoios solidários e estabelecer estratégias conjuntas (Scherer-Warren, 2021).

Essas ações políticas orquestradas pela rede conferiram visibilidade e consistência ao Movimento #ELENÃO em diversas escalas espaciais, transcendendo fronteiras geográficas com adesões em várias cidades brasileiras e ao redor do mundo, por meio do intercâmbio de informações entre os movimentos sociais atuantes na escala global. Resultando em uma repercussão notável na imprensa internacional, com cobertura em veículos renomados como *BBC Internacional*, *El País* e *Diário de Notícias*.

Como exemplo do alcance global do Movimento #ELENÃO e de articulação dessa rede sociotécnica feminista aos demais movimentos sociais globais, podemos mencionar o apoio solidário da cantora pop Madonna, que publicou no *Instagram* uma foto dela com a boca lacrada destacando a #ELENÃO acompanhada das frases “#ELENÃO vai nos desvalorizar, # ELENÃO vai nos oprimir, # ELENÃO vai nos calar”. E o apoio de Angela Davis, uma das maiores referências do movimento feminista e antirracista do mundo, à democracia brasileira durante a corrida eleitoral de 2018, que aceitou ser fotografada segurando uma placa escrita “ELE NÃO”.

A dinâmica de utilização, apropriação e interação nas redes sociais não apenas deu origem e visibilidade às *hashtags*, como #elenao, #elenunca, #mulherescontraofascismo e #bolsonarao. O uso das redes sociais também desempenhou um papel estratégico no enfrentamento à desinformação. Essa estratégia envolveu a denúncia de notícias falsas e a apresentação de fatos.

A criação de grupos de mulheres no *Facebook*, como o MUCB – Mulheres Unidas Contra Bolsonaro,

7 <https://mst.org.br/2018/09/28/mulheres-lgbts-e-juventude-do-mst-se-juntam-a-mobilizacao-ele-nao/>

também foi uma ação política fundamental da rede #ELENÃO. Segundo Frigo, Romero e Borelli (2021), os grupos de mulheres no *Facebook* proporcionam um espaço para a produção coletiva de discursos, onde as participantes puderam expressar suas opiniões, compartilhar informações e construir narrativas políticas, compartilhando significados e interpretações sobre o que discutiam.

Esses grupos permitiram a amplificação das vozes e perspectivas femininas no debate político, valorizando as questões de gênero e feministas. Eles contribuíram para a mobilização e engajamento político, incentivando a participação ativa das mulheres no movimento e nas campanhas eleitorais. Desse modo, elas puderam construir e reforçar suas identidades políticas, fortalecendo laços de solidariedade e pertencimento a determinadas causas e ideologias (Frigo, Romero e Borelli, 2021).

De modo geral, as ações políticas das mulheres na internet buscavam informar, mobilizar e agir em consonância com os princípios ciberfeministas, produzindo conteúdo digitais com o objetivo claro de desestabilizar a campanha de Bolsonaro através da utilização estratégica das redes sociais. Dessa forma, elas se tornaram para essas mulheres um *locus* de reversão da estratégia política bolsonarista.

Nesse contexto, as mulheres – ao se tornarem usuárias ativas em diversas plataformas de redes sociais – passaram a atribuir um valor significativo às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para suas ações políticas e coletivas. Diante disso, elas estabeleceram diversas frentes de luta para preservar seus direitos, que se encontravam ameaçados pelo surgimento de políticas neoconservadoras e neoliberais, respaldadas pelo patriarcado brasileiro e personificadas de forma marcante por Jair Bolsonaro.

As pautas feministas encontraram no ciberespaço um meio de disseminação que não apenas amplificou sua visibilidade, mas também catalisou a convocação de manifestações de rua contra o ex-candidato. Portanto, afirmamos que as ações políticas também se destacaram pela eficaz mobilização e disseminação dos atos de rua, como o ato unificado em 29 de setembro de 2018, que ocorreu em 114 cidades brasileiras e em diversas localidades internacionais, como Lisboa, Paris e Londres.

A difusão da mobilização das mulheres contra Bolsonaro nas redes sociais desencadeou a maior manifestação feminista já registrada na história do país, materializando-se de maneira expressiva nas ruas. Paralelamente às ações políticas nas redes sociais, as manifestações de rua caracterizavam-se não apenas pelo combate à misoginia nas eleições, mas também pela incorporação das exigências de movimentos sociais urbanos como segurança pública, habitação, etc.

Também contaram com a defesa da democracia brasileira e oposição ao fascismo e à ideologia supremacista que vieram ganhando força no período eleitoral. As manifestações foram uma espécie de resposta ao crescimento do ex-candidato nas pesquisas, como forma de chamar a atenção para o risco que ele representava para a democracia e para os direitos humanos (Rizzotto e Prudencio, 2019).

Essa ampliação de foco contribuiu significativamente para a expansão do movimento, uma vez que, além da participação ativa das mulheres, os atos de rua contavam com uma expressiva presença masculina, fortalecendo assim a causa de forma abrangente e inclusiva. Um aspecto complementar relevante sobre a participação masculina no Movimento #ELENÃO é a defesa do elo existente entre mulheres e homens através da luta coletiva, que bell hooks (2019) diz ser estratégico para a emancipação humana. A autora compreende que o vínculo entre homens e mulheres é bem-vindo porque um feminismo politicamente relevante para as massas das mulheres que interagem diariamente com os homens, tanto no âmbito público quanto no privado, só pode existir mediante a essa interação.

Nas ruas, o movimento feminista inaugurou a estratégia do Vira Voto, uma abordagem que envolveu diálogos com eleitores brasileiros em diversas cidades do país após o resultado do 1º turno das eleições⁸. A proposta principal consistia em reverter os votos de potenciais eleitores de Jair Bolsonaro, apresentando e comparando suas propostas com as de Fernando Haddad - PT, candidato com quem disputou o 2º turno. Essa iniciativa buscou esclarecer e contextualizar as diferenças políticas

8 <https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2018/2018/10/operacao-viravoto-ganha-forca-na-reta-final-do-segundo-turno/>

e ideológicas entre os dois concorrentes, visando influenciar a escolha dos eleitores de maneira consciente e informada.

Uma informação adicional importante sobre o ex-candidato Haddad, é que ele iniciou as campanhas eleitorais como candidato à vice-presidência de Luiz Inácio Lula da Silva-PT, destacando sua ligação com o ex-presidente e a continuidade de seu legado. Contudo, Lula não pôde disputar a eleição presidencial de 2018 no Brasil devido a questões legais que o tornaram inelegível. Logo, sua candidatura foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em agosto de 2018, mesmo liderando as pesquisas de intenções de voto. Diante desse cenário, Fernando Haddad, inicialmente indicado como vice na candidatura de Lula, assumiu a candidatura presidencial pelo PT, com Manuela d'Ávila do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) como candidata à vice-presidência, mantendo a associação com o ex-presidente e adotando a estratégia de campanha que reforçava a ideia de continuidade do projeto político liderado por Lula (Correio, Vaz e Prado Jr., 2019).

O Vira Voto acolheu e dialogou com eleitores pessoalmente nas ruas das cidades para explicar o significado das propostas de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad compreendidas de modos diferentes pelos seus potenciais eleitores (Longhi e Oliveira, 2020). O objetivo do Vira Voto era despertar a atenção dos indecisos com mesas com bolos, brigadeiros, chá, café e faixas e cartazes convidativos. A motivação principal dessa ação política foi o fato de a abstenção de votos no 1º turno ter sido recorde⁹.

Consideramos que essas ações exerceram influência significativa na disputa eleitoral. Em suma, as ações políticas da rede #ELENÃO destacaram-se pela comunicação com coletivos feministas e articulação com outros movimentos sociais, pelo intercâmbio local-global de informações eleitorais, pelo enfrentamento à desinformação (*fake news*), pela criação de comunidades nas plataformas digitais, pela produção de conteúdo digital para compartilhamento em massa, pela organização e ampliação dos atos de rua e pela estratégia do Vira Voto.

Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB)

A mobilização digital da rede #ELENÃO caracterizou-se como uma iniciativa multiplataforma¹⁰. Contudo, destacamos a relevância do *Facebook* na organização e formação dessa rede. Sua importância se deve, na maioria, à relevância do grupo MUCB – Mulheres Unidas Contra Bolsonaro. Este grupo fechado, composto exclusivamente por mulheres, assumiu uma posição central na condução das ações políticas do Movimento #ELENÃO. A criação dele foi fundamental para aglutinar mais de quatro milhões¹¹ de mulheres que se uniram contra a campanha de Jair Bolsonaro.

O grupo MUCB foi fundado a partir da iniciativa de uma usuária chamada Ludimilla Teixeira em 30 de agosto de 2018, durante o período eleitoral. A pretensão inicial da fundadora era convidar mulheres para debater política e pensar estratégias de reversão da intenção de votos em Jair Bolsonaro. Então, pelo esquema “amiga convida amiga”, Ludimilla Teixeira convidou amigas que convidaram, sucessivamente, outras amigas, formando vínculos individuais que formaram a rede.

Para a fundadora, as manifestações contra a candidatura de Bolsonaro nas eleições de 2018 já estavam prestes a explodir desde o mês de agosto do mesmo ano e tudo que ela fez foi somente acender “o fósforo no barril de pólvora”, como ela mesma disse à matéria do Estadão. A motivação partiu do receio de que a trajetória eleitoral de Jair Bolsonaro no Brasil fosse semelhante à trajetória eleitoral de Donald Trump nos EUA em 2016.

Ludimilla, que se declarava anarquista, disse que o grupo se propôs, inicialmente, como apartidário, mas logo tornou-se suprapartidário para acolher mulheres filiadas a partidos políticos ou com afinidade partidária. No entanto, a ativista diz que optou por um posicionamento público “neutro” diante da preferência partidária na escolha de um potencial adversário a Bolsonaro, pelo menos até o 2º turno, quando a escolha por Fernando Haddad-PT era determinante para virar o voto contra

9 <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/10/27/artistas-aderem-a-campanha-vira-voto-e-vaio-as-ruas-conversar-com-indecisos>

10 Refere-se à capacidade de mobilização da rede sociotécnica em diferentes plataformas digitais de rede social.

11 Número aproximado de membros do grupo MUCB até outubro de 2018. Atualmente são 2.294.085 membros dentre eles, 57 administradoras e moderadoras. Último acesso em 11 de junho de 2021.

ex-candidato do PSL.

Além de fundadora e membro do grupo, Ludimilla é uma das administradoras, isso significa que a sua conta no *Facebook* é habilitada para as funções gerenciais do grupo que é moderado voluntariamente por dezenas de moderadoras. A proposta que ela tinha para o grupo era de formar uma comunidade democrática, segura e facilitadora de discussões sobre política e opressão em contexto eleitoral.

Segundo entrevista dada ao canal *laras e Pagus* no *Youtube*, Ludimilla considerou o grupo criado por ela como uma mídia de educação, referindo-se à função pedagógica do grupo em relação às discussões eleitorais, e revelou a possibilidade de institucionalizá-lo coletivamente como uma Organização Não-Governamental (ONG) ou como partido político para intervir de forma mais incisiva na transformação da realidade social das mulheres brasileiras.

Em entrevista para *Mídia NINJA* (2019, 14 de março)¹², afirmou:

“Como já falei antes, saber que essa rede de apoio formada a partir do MUCB está transformando a vida de muitas mulheres, pois estão se tornando protagonistas das suas próprias histórias, sabendo que podem ter voz dentro da nossa rede, que lá encontram apoio, isso me motiva e muito. Assim como o desejo de que possamos muito breve institucionalizar o grupo, assim nos ajudarmos ainda mais a participar ativamente da política.”

Nesse grupo as “membras” formaram uma grande e densa mobilização para defender os direitos ameaçados pela ascensão da política neoconservadora e neoliberal fortemente representada e impulsionada no país pela própria figura do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. Por esse motivo, foram alvo de ataques.

O grupo MUCB foi invadido por perfis pró-Bolsonaro e teve seu nome alterado para “Mulheres com Bolsonaro #17”. A invasão começou a ser notada em 14 de setembro de 2018, quando as administradoras e moderadoras perderam a habilitação das funções gerenciais do grupo. Durante a vulnerabilidade da invasão, algumas contas foram banidas, as publicações antigas foram excluídas e a aprovação de solicitações de participação foi interrompida. Além disso, os invasores ainda trocaram a capa do grupo pela imagem do candidato com a bandeira do Brasil e fizeram novas publicações aprovando e apoiando a candidatura de Jair Bolsonaro.

Fora a invasão, o grupo também sofreu ataques externos realizados por produção de *fake news*. O deputado federal Eduardo Bolsonaro-PSL, filho de Jair Bolsonaro, publicou em suas redes sociais uma notícia dizendo que o grupo MUCB já havia sido comprado com uma base de mais 1 milhão de membros, deixando implícita a mensagem de que a adesão das mulheres era forjada pela oposição¹³.

Na época, circularam nas redes sociais lideradas por Eduardo Bolsonaro alegações de que o grupo MUCB teria sido “comprado” e manipulado, em tentativa de deslegitimar a adesão espontânea das mulheres. Essa desinformação foi amplamente compartilhada por apoiadores e repercutida por parlamentares bolsonaristas. Claramente o objetivo das *fake news* era desmobilizar as mulheres do grupo e provocar evasão. No entanto, as “membras” não recuaram. Apesar de alguns milhares de contas terem saído do grupo por não o reconhecerem devido à alteração do nome, a repercussão dos ataques teve efeito reverso, pois houve bastante engajamento das “membras” para impedir a dispersão. Realizaram comentários em massa com o pseudônimo “ELENÃO” acompanhado da cerquilha (#) em publicações feitas pelos invasores dentro do grupo.

Como enunciado coletivo, a #ELENÃO transformou-se numa campanha de solidariedade que conectou milhões de usuários das redes sociais de plataforma em plataforma (*Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram*, etc.) para sinalizar a resistência do grupo MUCB durante as tentativas de sua destruição.

Com isso, após a recuperação do gerenciamento pelas administradoras, as repercussões nas redes sociais possibilitaram maior capacidade de adesão por parte das mulheres contrárias à candidatura de Bolsonaro e o grupo alavancou na quantidade de membros, chegando até 4.600.000 membros

¹² <https://medium.com/marielle-franco/marielle-semente-ludimila-teixeira-485b63bcc2b7>

¹³ https://www.facebook.com/bolsonaro.enb/photos/mulheres-unidas-contra-bolsonaro-%C3%A9-fake-news-uma-p%C3%A1gina-qualquer-do-facebook-tin/979201198939171/?_rdr

até o fim do 2º turno das eleições. Sua expressiva quantidade de membros, somada à própria capacidade de agregar setores políticos diversos e de construir uma frente de luta unificada e plural por estratégias e características específicas, permitiu a adoção imediata de uma noção equivocada a respeito do grupo MUCB. Como se ele fosse a própria rede #ELENÃO e não uma ação coletiva dessa rede.

Nesse sentido, é importante pontuar que o MUCB é um grupo fechado, criado para proporcionar uma comunidade virtual para as mulheres de diferentes regiões se conectassem, trocassem experiências e se unissem em torno de um objetivo comum compartilhando suas preocupações, discutindo estratégias e se organizando para ações concretas (Sousa e Rachit, 2019).

A partir dessas mobilizações digitais, foram organizadas manifestações e protestos no espaço físico, demonstrando a transição para a ação presencial. A vocalização das reivindicações do grupo nas ruas foi fundamental para evidenciar a unidade do movimento e ampliar sua visibilidade. As mulheres se uniram em atos coletivos de transformação social, marcando presença em protestos que tiveram impacto não apenas nas redes sociais, mas também na mídia tradicional (Sousa e Rachit, 2019).

A rede no espaço urbano

Vimos que, nos últimos anos, o movimento feminista tem passado por uma transformação marcante, impulsionada pela necessidade de abordagens mais adequadas com o atual contexto sociopolítico e tecnológico que estamos vivenciando. À medida que as concepções e demandas das mulheres se expandem das margens para o centro do debate público, surge uma agenda feminista contemporânea que se molda sob a influência da interseccionalidade e das redes feministas transnacionais.

Nesse sentido, o ciberfeminismo criou condições para redefinição da subjetividade feminista e exploração de práticas alternativas dentro da esfera tecnológica, não só promovendo uma nova consciência sobre o papel das mulheres na sociedade da informação, mas também incitando reflexões sobre o uso político das novas tecnologias. Nesse contexto, as redes sociotécnicas feministas têm contribuído para um movimento feminista global sem desconsiderar as diferentes origens geográficas em torno de questões compartilhadas e específicas em outras escalas espaciais.

O próprio Movimento #ELENÃO, que se destacou por sua base ciberfeminista, exemplifica esse processo. Contudo, esse movimento não apenas demonstrou o poder das redes sociais na mobilização política das mulheres exclusivamente no ciberespaço. Como pudemos ver, até pela estratégia de convocação dos atos de rua e do Vira Voto, a rede sociotécnica formada pela #ELENÃO também contribuiu para uma ampliação significativa do diálogo sobre questões de gênero e suas interseções com outras formas de opressão no espaço urbano.

As ações políticas digitais tornaram-se atos de rua que se alastraram no tecido urbano. Para Silva e Gorsdorf (2020), a principal manifestação de rua mobilizada nas redes sociais contra a elegibilidade de Jair Bolsonaro, ocorrida em 29 de setembro de 2018, reclamou o direito à cidade e à constituição de um novo olhar sobre o exercício da democracia nos espaços urbanos. Para os autores, o Movimento #ELENÃO subverteu os padrões hegemônicos de espacialização da cidade com uma prática espacial capaz de desafiar os espaços homogeneizantes e normalizadores da cidade.

A ação política dos atos de rua desencadeados pela rede #ELENÃO que se opuseram à candidatura de Jair Bolsonaro possuía, para os referidos autores, um atravessamento macropolítico e micropolítico. Porque, além de exercer influência nas questões institucionais e eleitorais, a ação interveio na organização espacial do poder por dotar o espaço urbano de funções não prescritas pela racionalidade homogeneizante e normalizadora que o Estado representa.

Silva e Gorsdorf (2020) defendem, a partir da ação política do ato de 29 de setembro, que o Movimento #ELENÃO reconstituiu a cidade como um espaço político. Os autores entendem o espaço urbano não apenas como um suporte material para as manifestações, mas como um espaço potente de aparição da luta por direitos.

Contudo, consideramos pertinente questionar os efeitos da ocupação dessa rede sociotécnica feminista nas cidades. Será que eles foram suficientes para intervir na organização espacial do poder

ou na disputa por hegemonia entre a rede feminista e rede bolsonarista em qualquer contexto urbano? O Movimento #ELENÃO conseguiu desafiar a legitimidade política do discurso bolsonarista nas cidades? Ele enfrentou, espacialmente, a agenda e as estratégias institucionais que disputavam territórios naquela época? Essas indagações nos levam a uma reflexão sobre a intrincada interação entre movimentos sociais, espaço físico e ciberespaço.

Refletiremos, portanto, a seguir sobre a hibridização do espaço, considerando que a sociedade em rede atribui ao espaço urbano transformações sociais irreversíveis. Para tal reflexão, nos apoiaremos na contribuição de Egler (2007) sobre o desenvolvimento do conceito de *ciberpólis*, que diz respeito a existência de um espaço híbrido formado a partir da interface entre o espaço digital e o espaço físico. Através da contribuição de Egler (2007), é possível reconhecer que o espaço híbrido é dotado da interação entre a realidade e virtualidade que influencia diretamente nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que se manifestam no espaço urbano. A autora busca, a partir do conceito de *ciberpólis*, iluminar a compreensão das transformações ocasionada pelo uso de tecnologias digitais na cidade e nas políticas urbanas. Para ela, as redes sociotécnicas são novas formas de ação política, associativismo e reivindicação que transcendem barreiras físicas e territoriais. Essas redes possibilitam a criação de um novo espaço social para o exercício da vontade coletiva, onde o ciberativismo se torna uma ação-chave no processo político, devido ao seu poder de disseminação, persuasão e aglutinação.

Segundo Egler (2007), as recentes transformações sociotécnicas refletem a influência das tecnologias da informação e comunicação no espaço urbano e na vida cotidiana, evidenciando a importância de considerar a hibridização do espaço nas análises sociológicas. A ascensão das redes sociais e o acesso generalizado a dispositivos tecnológicos móveis, como os celulares, estão transformando radicalmente a realidade cotidiana das pessoas e, conseqüentemente, o espaço urbano em que vivem.

Esses dispositivos têm impactado no surgimento e manutenção de plataformas digitais com interfaces sociais de maior conexão e mediação entre os espaços físicos e digitais que favorecem a organização das redes sociotécnicas e dos movimentos sociais em rede. Para Silva (2006), essas interfaces sociais funcionam como um ponto de interação entre o usuário e o dispositivo que facilita a comunicação entre ambos.

São elas que geralmente definem o tipo de interação entre as pessoas conectadas, pelo remodelamento das relações de comunicação e que, inclusive, redefinem a percepção que as pessoas têm sobre o espaço que habitam, por serem culturalmente definidas e adaptadas às práticas sociais vigentes. Isso deu origem ao que a autora chama de “espaço social híbrido”, um tipo de espaço móvel, criado pelo movimento constante de usuários que carregam dispositivos portáteis continuamente conectados à internet e a outros usuários.

A realidade híbrida entrelaça as fronteiras entre espaço físico e digital e forma um espaço social híbrido que surge para suprir a lacuna que se abriu quando a internet se tornou móvel e quando as ações das redes sociotécnicas começaram a ter impacto sobre os espaços urbanos (Silva, 2006). Tanto que os usuários de dispositivos móveis com suas mentes e corpos espacialmente estendidos pelos aparelhos percorrem um espaço híbrido e já nem percebem mais a diferença entre o que é acessado no ciberespaço e o espaço físico que os circundam (Medeiros, 2016).

Um exemplo desse entrelaçamento, relacionado ao nosso objeto de pesquisa, foi produzido pelos estudos de Costa (2021), que concluiu que o uso da #ELENÃO nas inscrições urbanas e, posteriormente, a midiática digital dela estabelecem o diálogo cada vez mais fluído e sem fronteiras delimitadas entre o espaço digital e o espaço urbano.

É importante sublinhar que os efeitos da territorialização das resistências do Movimento #ELENÃO não se limitaram ao período eleitoral. Mesmo após a vitória de Bolsonaro, em 2018, diversos coletivos e redes feministas continuaram atuando nas cidades, sustentando pautas derivadas do movimento original. Iniciativas como rodas de conversas comunitárias, grupos locais de proteção às mulheres e articulações políticas de resistência contra medidas governamentais consideradas discriminatórias ou regressivas são exemplos concretos desse legado urbano duradouro.

Nesse sentido, seguindo as contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro (2004), compreendemos que a cidade não é apenas cenário para a política, mas lugar ativo das disputas e reconfigurações das

relações de poder. As redes feministas, surgidas a partir das mobilizações híbridas, mantiveram-se ativas, ainda que com menos intensidade, mostrando como a tecnopolítica feminista produziu uma ressignificação duradoura do espaço urbano.

A tecnopolítica feminista da rede

Os novíssimos movimentos sociais na perspectiva dos autores Nobre, Borges e Rena (2020) são aqueles que compartilham características comuns baseadas na difusão de *hashtags* e na utilização estratégica das plataformas digitais para ampliar e fortalecer suas redes no espaço híbrido. Dessa forma, esses movimentos se inserem em um contexto mais amplo de ação política, articulando redes e ruas como formas de resistência, tanto em escala local quanto global.

Para os autores, essa articulação tem sido fundamental para a eficácia desses movimentos, permitindo que eles transcendam fronteiras geográficas e culturais e se organizem em redes sociotécnicas globais de apoio e influência. Assim, suas conquistas vão desde a promoção de pautas específicas até mudanças estruturais mais profundas. Contudo, eles não escapam das limitações e vigilância dos poderes instituídos no espaço híbrido e isso se torna um desafio à coesão das lutas que surgem especialmente em um contexto de organização horizontal e multitudinária, onde as pautas são diversificadas e muitas vezes identitárias.

Mesmo assim, esses movimentos têm buscado subverter a ordem vigente usando as mesmas ferramentas do arcabouço hegemônico, demonstrando que as estratégias traçadas pela globalização hegemônica podem ser adaptadas em favor dos interesses dos desfavorecidos da periferia, conforme apontam Nobre, Borges e Rena (2020). Nesse contexto, a internet e as redes sociais desempenham um papel fundamental, servindo de meio para a disseminação de informações e de construção de narrativas alternativas que desafiam as visões dominantes. Para esses autores, os novíssimos movimentos sociais representam uma nova forma de resistência que se baseia na articulação entre redes e ruas, na utilização estratégica das tecnologias de comunicação e na luta por direitos. Além de tudo, eles desafiam a noção de que a internet é um espaço neutro e livre, demonstrando seu potencial tanto para a promoção de interesses hegemônicos (dominação) quanto para a construção de processos globais contra hegemônicos (resistências), conforme apontam Nobre, Borges e Rena, (2020).

Considerando a discussão desses autores e acrescentando alguns elementos dessa discussão em nossa análise, entendemos que as ações da rede #ELENÃO foram fortalecidas no espaço urbano, onde a articulação rede e rua inseriu o Movimento #ELENÃO num contexto mais amplo de ação política que traz implicações intrínsecas da interseção entre política e tecnologia.

Possibilitou vislumbres sobre a abordagem *tecnopolítica*, conceito que reflete a politização dos recursos tecnológicos, levando em conta não apenas sua perspectiva técnica, mas também sua infraestrutura e seus encadeamentos políticos. Realmente, a tecnopolítica pode ser compreendida tanto como desenvolvimento de novas formas de vigilância e controle quanto como experimentação de resistências e subversões das redes sociotécnicas. Ela é uma caixa de ferramentas para embates sociotécnicos do presente. Nesse sentido, as redes sociotécnicas, ao se tornarem propositalmente redes tecnopolíticas, podem disputar, conscientemente, o uso de tecnologias para criar, reforçar ou reverter formas de dominação, ou exploração.

Para analisar as redes sociotécnicas sob uma abordagem tecnopolítica é necessário localizar as formas de incidência e expressão de poder, violência e desigualdades sociais praticadas no espaço híbrido. É assim imprescindível compreender as dinâmicas de poder embutidas nas tecnologias comunicativas e no território para disputar a hegemonia, na qual os indivíduos projetam seus códigos e valores em torno de conflitos políticos. Nesse sentido, a tecnopolítica destaca, sobretudo, a importância dos usos estratégicos das tecnologias digitais na ação política. Ela emerge como um campo dinâmico e promissor, capaz de ampliar as fronteiras da participação política e promover uma democracia mais inclusiva. Considerando nosso escopo de pesquisa, questionamos: como a tecnopolítica aparece no panorama da quarta onda feminista?

Em primeiro lugar, pela intersecção entre feminismo e tecnologia, que tem possibilitado o desenvolvimento da tecnopolítica feminista (Bucio e Cano, 2019) e reconhecido o potencial

subversivo das tecnologias, especialmente quando apropriadas e ressignificadas por mulheres ativistas, permitindo a disseminação de princípios feministas e modos criativos de mobilização através das plataformas digitais. As ações feministas nas redes sociotécnicas destacam a capacidade das mulheres de transformar situações individuais em movimentos globais (Bucio e Cano, 2019). Através dessas ações, as mulheres têm conseguido visibilizar problemas, reivindicar direitos e contestar a papéis normativos de gênero, como já vinham fazendo através do ciberfeminismo. Na abordagem da tecnopolítica feminista, o ciberfeminismo se apresenta tanto como plano de fundo quanto como ferramenta de transformação, permitindo processos de denúncia, criação e produção de informações que desafiam estruturas patriarcais no ciberespaço. No entanto, há a necessidade de avançar em direção a uma tecnopolítica feminista, que analise a evolução do movimento e promova a transformação das estruturas patriarcais presentes no espaço híbrido e não apenas no ciberespaço.

Nesse sentido, a tecnopolítica feminista não só recupera o potencial transformador das tecnologias reconhecidas pelo ciberfeminismo, mas também reconhece a importância da estrutura e da dinâmica da rede na construção desses processos de transformação sobre o espaço físico. À medida que as mulheres se apropriam e transformam as tecnologias digitais, promovem um movimento global e criam uma rede de coletivos feministas comprometidos com a aprendizagem e a promoção de mudanças através da tecnologia (Bucio e Cano, 2019). Desse modo, a tecnopolítica feminista opera como um padrão de autocomunicação, auto-organização e ação da sociedade em rede, apelando aos princípios colaborativos e à propagação de ideias por meio de plataformas digitais. Ela se baseia na sincronização de afetos para o alcance de objetivos coletivos e conectivos, promovendo a mediação transformadora e descentralizada originada pelas tecnologias digitais (Bucio e Cano, 2019).

Sob esse viés, as ações políticas da rede #ELENÃO revelam uma convergência entre a utilização estratégica da tecnologia digital pelas mulheres e o ativismo político para promover mudanças sociais e enfrentar desafios patriarcais. Desse modo, destacamos alguns pontos de interseção entre esses dois domínios para investigarmos o potencial tecnopolítico do Movimento #ELENÃO.

De modo geral, a rede #ELENÃO se apropriou das tecnologias digitais para promover suas agendas políticas ao reconhecer que as plataformas digitais são ferramentas poderosas para disseminação de ideias feministas, mobilização de comunidades e contestação de estruturas de poder patriarcais. Além disso, a rede aproveitou as capacidades das redes sociais e da comunicação digital para conectar indivíduos, coordenar ações políticas e ampliar o alcance de suas mensagens.

Ela conferiu amplitude à visibilidade de suas causas e na criação de uma narrativa pública em torno de questões feministas. Através da tecnologia digital, as ativistas puderam alcançar um público mais amplo, desafiando estereótipos de gênero e aumentando a conscientização sobre questões como machismo, misoginia e violência de gênero. As ações da rede #ELENÃO também estiveram envolvidas no enfrentamento à desinformação e na defesa da verdade factual, desafiando narrativas patriarcais que distorcem o feminismo e desmascarando notícias falsas que possam minar seus esforços políticos.

Por sua vez, o grupo MUCB demonstrou uma clara apropriação das tecnologias digitais, em particular do *Facebook*, para formar uma rede de mulheres unidas em torno de uma causa política comum. O grupo foi criado a partir de uma iniciativa de uma usuária, utilizando o esquema “amiga convida amiga”, o que mostra como a tecnologia foi usada para conectar mulheres e formar uma comunidade virtual engajada.

Ele foi fundamental para amplificar a visibilidade da resistência contra Bolsonaro, fornecendo um espaço para as mulheres compartilharem suas preocupações e discutirem estratégias políticas. No entanto, o grupo também enfrentou ataques de desinformação e invasões de perfis pró-Bolsonaro, o que é revelador dos desafios enfrentados pelas mulheres ao utilizar as redes sociais como plataforma política.

A respeito dos desafios decorrentes do uso das plataformas digitais como ambiente de discussão política, revisitamos a problemática encontrada na expectativa da fundadora do grupo MUCB em formar uma comunidade democrática, segura e facilitadora de discussões sobre política e opressão numa plataforma digital como *Facebook*. Essa rede social é conduzida pela Meta, uma empresa

privada que controla as tecnologias e as infraestruturas das principais plataformas digitais de interação social sob a lógica do capital financeiro.

Empresas de tecnologia como a Meta representam ameaças aos direitos fundamentais, especialmente no contexto de capitalismo de vigilância. Esse modelo econômico é caracterizado pela transformação dos dados dos usuários das plataformas digitais em mercadoria altamente rentável. Para isso empresas de tecnologia coletam dados dos usuários de forma massiva, visando monitorar, prever e influenciar o comportamento humano para obter lucro.

Nesse contexto, o capitalismo de vigilância intrinsecamente ligado à tecnopolítica tem o potencial de influenciar as dinâmicas políticas e sociais (Sampaio *et al.*, 2021). Portanto, a manipulação de dados e a utilização de algoritmos para direcionar ações e decisões podem impactar a democracia, os direitos fundamentais e a liberdade de expressão. As principais ameaças incluem a violação de privacidade, propagação de *fake news* e vulnerabilidade dos usuários que vão na contramão dos princípios democráticos e se tornam um obstáculo de participação cidadã nas redes. A superação desses desafios pode ser encontrada na proposição de ações coordenadas que possam regulamentar, a partir de leis e políticas, a prática das empresas de tecnologia, além de conscientizar e mobilizar socialmente os usuários sobre os direitos de privacidade e segurança (Sampaio *et al.*, 2021) para promover um ambiente digital mais justo, transparente e respeitoso dos direitos fundamentais dos indivíduos.

A relação entre tecnopolítica e redes sociais molda e está sendo moldada pelos processos políticos na sociedade contemporânea (Sampaio *et al.*, 2021). Deste modo, os impactos das plataformas digitais na esfera política têm evidenciado os desafios e os dilemas a serem superados através da ampliação da participação política, disseminação de informações e formação de comunidades, engajamento dinâmico entre políticos, partidos e eleitores e o levantamento das questões éticas, legais e sociais do uso dessas plataformas digitais de rede social.

Nesse sentido, apesar de as mulheres do grupo MUCB terem sofrido ataques e tentativas de desmobilização, elas demonstraram uma notável resiliência e determinação em continuar sua luta política. A resistência às tentativas de invasão, desinformação e chantagem mostrou a força e a coesão da comunidade virtual, destacando o potencial tecnopolítico para fortalecer os movimentos de resistência e promover a mudança social.

Para terminar de pontuar o potencial tecnopolítico da rede #ELENÃO, citamos aqui a ação política das manifestações de rua e a estratégia do Vira Voto, que envolveu diálogos com eleitores para esclarecer diferenças políticas entre candidatos e influenciar escolhas conscientes. Foram ações que estiveram diretamente relacionadas ao espaço híbrido formado pela interseção entre redes e ruas.

Elas foram facilitadas e ampliadas pelas redes sociais, que foram fundamentais na coordenação e organização das manifestações e ocupações em localizações estratégicas no espaço urbano. Grupos e páginas no *Facebook*, por exemplo, foram usados para planejar e divulgar eventos, compartilhar informações sobre rotas e horários de manifestações, e mobilizar participantes.

Essas últimas ações exemplificam a integração entre ativismo online e offline, pois embora o pontapé inicial tenha ocorrido, principalmente, nas redes sociais, a realização delas objetivou influenciar os eleitores no mundo offline. Isso demonstra como as ações políticas podem transcender os limites do espaço digital e impactar diretamente o espaço físico. A referida ação envolveu a criação e fortalecimento de redes de apoio, onde os participantes compartilhavam informações, estratégias e recursos para influenciar a decisão dos eleitores. Ela teve um impacto direto nas manifestações de rua, pois buscaram mobilizar eleitores e influenciar suas escolhas políticas. Através da conexão entre redes e ruas, as informações e ideias compartilhadas nas redes sociais foram traduzidas em ações concretas nas ruas.

O Vira Voto combateu a desinformação e as *fake news* disseminadas durante a campanha eleitoral. Ao esclarecer falsas alegações, a iniciativa contribuiu para promover um debate político mais informado e transparente, tanto nas redes sociais quanto nas ruas. Essa iniciativa visou facilitar a tomada de decisões conscientes e informadas, promovendo uma participação mais ativa no processo democrático.

Inspirado em ações híbridas de outros movimentos sociais contemporâneos, o Movimento #ELENÃO

demonstrou como é possível utilizar as redes sociais para mobilizar ações de rua e promover o diálogo com a população sobre questões políticas importantes. Essa rede criou vários focos de debate, realizando atividades recorrentes de panfletagem e intervenções para conscientizar os eleitores sobre as escolhas por determinados candidatos.

Quando destacamos o Vira Voto, revelamos como as iniciativas de esclarecimento político se relacionam com função pedagógica da rede em relação às discussões eleitorais, mencionada pela fundadora do grupo MUCB, Ludimilla Teixeira. Elas tiveram um impacto direto nas atividades realizadas nas ruas, criando um espaço híbrido onde as interações online e offline se complementaram e reforçaram mutuamente.

As ações políticas da rede #ELENÃO refletiram na convergência entre a utilização estratégica da tecnologia digital e o ativismo político feminista. Essa interseção destaca o potencial transformador das tecnologias digitais quando apropriadas e ressignificadas pelas mulheres em suas lutas políticas e sociais.

Conclusão

Diante da discussão, reafirmamos a relevância do Movimento #ELENÃO como um marco na interseção entre feminismo, tecnologia e espaço urbano. Através da mobilização coletiva, as mulheres não apenas contestaram a candidatura de Jair Bolsonaro, mas também reconfiguraram o espaço público, transformando-o em um território de resistência e empoderamento.

A tecnopolítica feminista demonstra potencial das redes sociotécnicas para desafiar estruturas patriarcais e promover mudanças sociais significativas. Além disso, a hibridização do ciberespaço e do espaço urbano revela a importância de estratégias que integrem ações digitais e físicas, ampliando as possibilidades de luta e resistência.

O movimento fez tornar evidente como a apropriação das tecnologias digitais pode ser uma ferramenta de enfrentamento para a construção de um diálogo sobre questões de gênero e suas interseções com outras formas de opressão.

Por fim, é importante sublinhar que, embora as manifestações iniciais tenham sido intensas e de caráter eminentemente eleitoral, os impactos do Movimento #ELENÃO persistiram no tempo. Sua tecnopolítica feminista deixou marcas simbólicas e materiais no espaço urbano, contribuindo para o fortalecimento permanente de redes feministas locais, que continuam atuando de forma autônoma e crítica, renovando continuamente as disputas sobre o direito à cidade.

Referências

- Alzamora, G., Bicalho, L. (2020). Ativismo transmídia nas eleições 2018 no Brasil: a semiose de #CadêAProva. *E-Compós*, 23, 1-23
- Bucio, C. I. P., Cano, C. A. R. (2019). Feminismo, innovaciones tecnológicas y análisis de redes: Violencia contra mujeres. *Teknokultura: Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 16(2), 1-20.
- Correio, S. F., Vaz, A., Prado Jr., T. (2019). Brasil – eleições 2018: apontamentos sobre o imaginário “Lula é Haddad, é o povo”. *Revista Famecos*, 26 (3), 1-23.
- Costa, J. L. (2021). Espaço híbrido e o protagonismo da hashtag. *Heterotópica*, 3(1), 1-20.
- Egler, T. T. (2007). *Ciberpólis: redes de governo na cidade*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Friego, D., Romero, L. M., Borelli, V. (2021-2022). #EleNão e eleições brasileiras de 2018: a circulação de sentidos em grupos de mulheres no Facebook. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 148, 1-20.

- hooks, b. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro* (R. Patriota, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Longhi, C., Oliveira, I. (2020). Eleições 2018 no Brasil: análise das imagens no Facebook dos candidatos ao 2º turno. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 26(4), 1455-1469.
- Medeiros, M. L. (2016). *Entornos híbridos: espaços urbanos e virtuais*. In IV Enanparq, Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016
- Nascimento, L., Alecrim, M., Oliveira, J., Oliveira, M., Costa, S. (2018). “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 25(1), 135-171.
- Nobre, M. R., Borges, J. D. de A., Rena, N. S. A. (2020). Entre redes e ruas: tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais. *Indisciplinar*, 6(1), 234-269.
- Oliveira, T., Lima, D. C., Penteado, C. (2020). #QuemMandouMatarMarielle: a mobilização online um ano após o assassinato de Marielle Franco. *Líbero*, 45, 138-157
- Rizzotto, C., Saraiva, A., Nascimento, L. (2019). #ELENÃO: conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no Twitter. In XXVIII Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, 11 a 14 de junho
- Sampaio, J. A., Mandieta, D., Furbino, M., Bocchino, L. (2021). Capitalismo de vigilância e a ameaça aos direitos fundamentais da privacidade e da liberdade de expressão. *Revista Jurídica*, 1(63), 89-113
- Santo, T. M. de, Porto, D. M. R. (2020). Primeiro como negação: esperança, ética do cuidado e autonomia no #EleNão. *Sociologias Plurais*, 6(2), 63-84.
- Scherer-Warren, I. (2021). A vida social das redes: para uma abordagem pós-colonial dos movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, 29(78), 1-20.
- Silva, A. C. M., Gorsdorf, L. F. (2020). O direito à cidade entre os ecos do #elenão: a cidade como obra a partir dos corpos na rua. *Revista Direito Práxis*, 11(1), 645-665.
- Silva, A. de S. (2006). From Cyber to Hybrid: Mobile Technologies as Interfaces of Hybrid Spaces. *Space and Culture*, 9(3), 261-278.
- Sousa, M. E., Rachit, B. (2019). Mobilizações pré-eleições presidenciais 2018 no Pará: grupos e eventos relacionados à #elenão no Facebook. *Aturá: Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, 3(1), 66-86.
- Toitio, R. (2020). “Ideologia de gênero” e “marxismo cultural” nas taras presidenciais: marxismo e feminismo na “cena” política brasileira. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 3(10), 1-25